10.58876/rbbd.2025.2112088

Trajetória histórica do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará e suas alterações curriculares (1964-2024)

Historical trajectory of the Library Science course at the Federal University of Ceará and its curricular changes (1964-2024)

Jefferson Veras Nunes
Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: jefferson.veras@ufc.br

RESUMO

Tem como objetivo explorar a trajetória do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará examinando as mudanças sofridas desde o seu currículo inicial até chegar ao estado atual. A pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva, bibliográfica e documental, baseada em publicações científicas, projetos pedagógicos anteriores, documentos oficiais e legislações disponíveis. O curso foi criado em 1964 e iniciou suas atividades em 1965, graças ao impulso do reitor Antônio Martins Filho e à colaboração das bibliotecárias da universidade na época. A parceria entre as bibliotecas da Universidade e o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) em 1957, assim como a realização do 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD) em 1963, foram fundamentais para a criação do curso. O currículo inicial, vigente até 1984, foi reformulado em 1985 para atender ao novo currículo mínimo, com 33 disciplinas e uma carga horária de 2.850 horas. O curso enfrentou desafios significativos, destacando-se a contribuição das bibliotecárias que também atuavam como docentes. Reformulações adicionais ocorreram em 1988 e 2005, acompanhando as mudanças nas demandas do mercado e nas tendências da área. Na última avaliação pelo MEC em 2023, o curso obteve nota máxima e foi reconhecido como de excelência. O artigo conclui destacando a importância do sexagésimo aniversário do curso e expressa votos de que ele continue a promover projetos de ensino, pesquisa e extensão de alta qualidade, atendendo às demandas da sociedade cearense e contribuindo para o desenvolvimento da profissão.

Palavras–chave: Ensino de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará. Reformulações curriculares.

ABSTRACT

Its aim is to explore the trajectory of the Library Science course at the Federal University of Ceará, examining the changes it has undergone from its initial curriculum to its current state. The research is characterized as exploratory, descriptive, bibliographical and documentary, based on scientific publications, previous pedagogical projects, official documents and available legislation. The course was created in 1964 and began its activities in 1965, thanks to the impetus of rector Antônio Martins Filho and the collaboration of the university librarians at the time. The partnership between the university libraries and the Brazilian Institute of Librarianship and Documentation (IBBD) in 1957, as well as the 4th Brazilian Congress of Librarianship and Documentation (CBBD) in 1963, were fundamental to the creation of the course. The initial curriculum, in force until 1984, was reformulated in 1985 to meet the new minimum curriculum, with 33 subjects and a workload of 2,850 hours. The course faced significant challenges, particularly the contribution of librarians who also worked as teachers. Further reformulations took place in 1988 and 2005, in line with changing market demands and trends in the field. In the last evaluation by the MEC in 2023, the course got top marks and was

recognized as excellent. The article concludes by highlighting the importance of the course's sixtieth anniversary and expresses the hope that it will continue to promote high-quality teaching, research and extension projects, meeting the demands of Ceará society and contributing to the development of the profession.

Keywords: Teaching Library Science. Library Science course at the Federal University of Ceará. Curriculum reformulations.

1 INTRODUÇÃO

A história do ensino de Biblioteconomia no Brasil remonta ao surgimento de dois cursos pioneiros na área, tendo sido o primeiro criado pela Biblioteca Nacional (BN), em 1911, e o segundo surgido em 1929, por iniciativa do *Mackenzie College* (hoje, Universidade Mackenzie). Ambos lançaram as bases da formação em Biblioteconomia, apresentando, porém, propostas pedagógicas diferentes. Enquanto o primeiro oferecia uma formação de cunho humanístico, o segundo se destacou por enfatizar um ensino de natureza tecnicista.

Os anos seguintes foram caracterizados pela descentralização do ensino, com o surgimento de novos cursos no país e a fundação de órgãos importantes, como o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) — atualmente denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) —, e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições (FEBAB). Isso levou à organização de eventos de envergadura nacional, como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD). Além disso, cabe mencionar também a criação da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) — denominada posteriormente como Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

Não demorou para que a formação atingisse o estatuto de nível superior, com a regulamentação da profissão de bibliotecário em 1962. É justamente nesse contexto que surge, em Fortaleza, o curso da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1964. Assim, o objetivo da pesquisa, aqui relatada, foi explorar a trajetória do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará examinando as mudanças sofridas desde o seu currículo inicial até chegar ao estado atual. Para tanto, recorreu-se a publicações científicas, projetos pedagógicos anteriores, documentos oficiais e legislações disponibilizados pelas instituições mencionadas em seus portais na internet, quais sejam,

FEBAB, CBBD, ABECIN e outras, assim como a UFC, por meio dos arquivos do seu curso de Biblioteconomia e da sua Pró-Reitoria de Graduação.

A pesquisa realizada se caracterizou como de natureza qualitativa, exploratória quanto aos objetivos e bibliográfica e documental no que diz respeito aos procedimentos. Em linhas gerais, pode ser descrita como sendo uma investigação histórico-documental, que abrange desde relatos orais de ex-professores do curso e de membros atuais do corpo docente, por meio de entrevistas e conversas informais, até consultas a documentos presentes nos arquivos do próprio curso de Biblioteconomia e da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará.

Com base nisso, foi possível obter atas de reuniões passadas, ofícios e processos contendo informações sobre projetos pedagógicos antigos, componentes curriculares e outros registros que, de alguma maneira, permitem compreender parte da história do curso e algumas das mudanças pelas quais passou ao longo de seus sessenta anos de existência. Além disso, no levantamento bibliográfico referente às fontes científicas, vale mencionar que a investigação se apoiou em textos que abordam a história do ensino de Biblioteconomia no Brasil, desde o início do século XX até os dias atuais.

Assim, foi realizada uma revisão narrativa da literatura com o objetivo de explorar a história do ensino de Biblioteconomia no Brasil, adotando uma abordagem teórica e, principalmente, contextual (Rother, 2007). O intuito não foi esgotar todas as fontes sobre o tema, pois a produção na área é vasta e diversificada, resultando em um grande número de textos e publicações. Em vista disso, a busca e seleção das obras não foram conduzidas com base em critérios estatísticos ou bibliométricos, mas com a intenção de oferecer uma visão abrangente e qualificada sobre o desenvolvimento e as transformações do ensino de Biblioteconomia no país ao longo do tempo, com foco específico nas mudanças sofridas pelo curso da Universidade Federal do Ceará.

2 PRIMEIRAS ROTAS DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

O primeiro curso formal de Biblioteconomia no Brasil foi criado pela Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, e foi o terceiro do mundo, ficando atrás apenas dos cursos da *École Nationale des Chartes*, em Paris, e do *Columbia College School of Library Economy*, em Nova York (Castro, 2000; Sá, 2013; Weitzel, 2010). Durante sua história, a BN enfrentou diversos desafios, incluindo problemas de estrutura física. A construção do edifício que a abriga até os dias atuais começou em 1905 e foi inaugurada em 1910. O

curso de Biblioteconomia foi estabelecido por meio do Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, com duração de um ano e composto por quatro disciplinas (Brasil, 1911). Naquela época, o curso não tinha o status de nível superior.

O curso funcionava nos porões da BN, onde hoje se situa o Auditório Machado de Assis, e as disciplinas oferecidas na época eram: Bibliografia; Paleografia e Diplomática; Iconografia; e Numismática (Weitzel, 2010; Muller, 1985). Sua instituição se deu a partir do Decreto nº 8.835 de 11 de julho de 1911 e as disciplinas ofertadas estavam alinhadas às seções existentes na própria BN, sendo ministradas pelos responsáveis por cada um dos seus setores (Dias, 1955).

Apesar do curso ter sido criado em 1911, seu início ocorreu apenas em 10 de abril de 1915, sendo a falta de inscritos apontada como o principal motivo para esse atraso (Muller, 1985; Oliveira; Carvalho; Souza, 2009). De acordo com Peregrino da Silva (1914), a criação do curso de Biblioteconomia pela BN visava atender à demanda por profissionais capacitados para lidar com a diversidade de seu acervo, sobretudo depois da remodelação realizada com a inauguração da nova sede (Juvêncio, 2016).

Para se inscrever, os interessados precisavam ter concluído o curso de Humanidades e realizar um exame de admissão. Conforme apontado por Cunha (1986), o curso de Humanidades correspondia ao que mais tarde seria conhecido como ensino secundário (atualmente, o ensino médio). As atividades práticas eram conduzidas no próprio espaço da Biblioteca, onde alunos e professores utilizavam as instalações e poderiam dispor dos serviços oferecidos pela instituição.

Na sua fase inicial, o curso teve uma duração breve, operando por nove anos. Após suprir a necessidade de profissionais para atuar diretamente na Biblioteca, o curso foi interrompido em 1922. Segundo Souza (1990, p. 34), outra razão para essa interrupção foi que a instituição "[...] nunca recebeu os recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento adequado". Contudo, em 1931, o curso foi reativado por meio do Decreto n° 20.673 de 17 de novembro de 1931, e manteve-se até 1944, com mudanças em sua composição, como a duração, que foi ampliada para dois anos.

As disciplinas que integravam essa segunda fase eram as seguintes: no primeiro ano, Bibliografia, Paleografia e Diplomática; no segundo ano, os alunos cursavam História Literária (com aplicação à Bibliografia), Iconografia e Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas cartográficas) (Brasil, 1931; Dias, 1955; Muller, 1985). Comparando com a fase inicial, observa-se uma inversão na ordem de oferta das

disciplinas, com Iconografia e História Literária sendo oferecidas no primeiro ano, enquanto Bibliografia, Paleografia e Cartografia passaram para o segundo ano. As disciplinas permaneceram sob a responsabilidade dos próprios bibliotecários da BN, cabendo ao responsável pela quarta seção o conteúdo de História Literária.

Para se inscrever, os candidatos apresentavam, por meio de requerimento ao diretor-geral, documentos de identificação, comprovantes do pagamento da taxa de matrícula e de aprovação nos testes da 5ª série do curso secundário, além de atestados de sanidade e de idoneidade moral (Brasil, 1931). O curso permaneceu sob a responsabilidade da Biblioteca Nacional até 1973, quando foi integrado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG)[1].

Todavia, com a união dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a FEFIEG recebeu nova nomenclatura, passando a se chamar Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Após a promulgação da Lei nº 10.750 em 24 de outubro de 2003, a instituição teve seu nome novamente alterado para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mantendo, entretanto, a mesma sigla. O curso de Biblioteconomia continua a ser oferecido até os dias atuais na instituição (Sant´Anna, 1988).

2.1 A INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRO

Anos depois da criação do curso da Biblioteca Nacional, surgiu outra formação em Biblioteconomia no Brasil, a partir do *Mackenzie College*, em outubro de 1929. Ao se estabelecer no Brasil, o *Mackenzie College* rapidamente ganhou notoriedade por incorporar ao seu ensino uma proposta pedagógica considerada inovadora para o período, sendo fortemente caracterizada como de cunho pragmático (Castro, 2000).

Conforme Souza (2018, p. 200), a perspectiva pedagógica fundamentada nesse "[...] modelo norte-americano se configurava como uma novidade que traria o desenvolvimento para o interior das bibliotecas. Era assim, um sinônimo da expressão futuro". Com a denominação de Curso Elementar de Biblioteconomia, esteve sob a responsabilidade da bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Geddes Gropp, que veio dos EUA para trabalhar no *Mackenzie College* com o propósito de reorganizar o

[1] A FEFIEG foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, de modo a integrar entidades dispersas de ensino superior que anteriormente estavam vinculadas aos Ministérios do Trabalho, do Comércio e da Indústria; da Saúde; e, da Educação e Cultura (Ley; Juvêncio, 2020).

acervo da instituição e implementar processos mais arrojados nos catálogos que pudessem promover maior agilidade na localização dos livros.

O curso tinha duração de um ano e suas disciplinas irradiavam "[...] a orientação americana, voltada para a organização de bibliotecas, baseada em técnicas especialmente desenvolvidas. Incluía esse curso as disciplinas Catalogação, Classificação, Referência e Organização" (Muller, 1985, p. 4). Entretanto, em 1931, Adelpha Figueiredo Rodrigues, então funcionária do *Mackenzie College*, viajou aos Estados Unidos para aprimorar seus conhecimentos na Universidade de Columbia.

Ao retornar ao Brasil, Adelpha Figueiredo Rodrigues assumiu a direção da Biblioteca e deu continuidade ao curso do *Mackenzie College*, que foi mantido até 1935. Seu encerramento resultou numa lacuna na formação oferecida no país, que foi, porém, preenchida pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Uma perspectiva pedagógica similar foi mantida. Uma nova fase no ensino de Biblioteconomia se iniciava, destacando a importância de experiências práticas na formação. O curso de São Paulo estava vinculado ao Departamento de Cultura, criado em 1936 e dirigido por Rubens Borba de Moraes e pela própria Adelpha Figueiredo Rodrigues (Russo, 1966).

Apesar de atingir a marca de 215 alunos em 1937, o prefeito de São Paulo à época, Prestes Maia, decidiu encerrá-lo em 1939 (Silva; Oliveira, 2019). Essa decisão levou a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo - atualmente conhecida como Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) - a incorporá-lo em maio de 1940. Conforme Silva e Oliveira (2019), o curso da FESPSP contava com as mesmas disciplinas que eram oferecidas pelo curso da Prefeitura de São Paulo. Ativo até hoje, porém, denominado como Biblioteconomia e Ciência da Informação, o curso conta com duração de seis semestres, divididos em três eixos de formação: Humanista, Acadêmico e Cultural; Técnico e Tecnológico; e, por fim, Organizacional e Gerencial.

Resultado de diversas transformações ocorridas ao longo da primeira metade do século XX no contexto da formação profissional, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) - criado durante a ditadura de Getúlio Vargas, comprometido com um esforço de reforma administrativa - promulgou o Decreto n° 2.166 em maio de 1940, que dividiu a carreira em Bibliotecário e Bibliotecário-Auxiliar, além de estabelecer um curso intensivo com duração de seis meses para profissionais já lotados em órgãos da administração pública (Muller, 1985).

3 CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR

Com a divisão da carreira em Bibliotecário e Bibliotecário Auxiliar instituída pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), um novo passo era dado no Brasil a partir dos anos 1940. Sob essa influência, o curso da BN passou a ter dois níveis: fundamental e superior. Com isso, o escopo do curso passa a ser mais abrangente, não estando mais voltado à formação de profissionais para atuarem apenas na Biblioteca Nacional, mas em diferentes tipos de bibliotecas (Muller, 1985).

Os conteúdos do novo curso da Biblioteca Nacional estavam organizados da seguinte forma: a) Curso Fundamental, visando a formação de auxiliares: Organização de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; Bibliografia e Referência; História do Livro e das Bibliotecas; e, Curso Superior, com vistas à formação de profissionais para atuarem em serviços especializados ou cargos de gestão: Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; História da Literatura; e, disciplina optativa, escolhida entre: Noções de Paleografia; Catalogação de Manuscritos, Livros Raros e Preciosos; Mapotecas; Iconografia; Bibliotecas de Música; Bibliotecas Infantis e Escolares; Bibliotecas especializadas e Bibliotecas Universitárias; Bibliotecas Públicas.

Até aquele momento, o ensino em Biblioteconomia no Brasil estava concentrado nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A mudança desse cenário se deu a partir dos anos 1950, os quais foram marcados pela expansão dos cursos de Biblioteconomia no país, bem como pelo surgimento de demandas por parte dos bibliotecários para serem reconhecidos como profissionais de nível superior. Assim, em 1954, realizou-se no Recife o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), sendo possível identificar, desde então, a presença de discussões focadas na importância do fortalecimento do ensino em Biblioteconomia (Santana; Nunes, 2017).

Outro ponto a ser destacado é que, em 1954, foi criado o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD), responsável por instituir o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* na área, inicialmente intitulado Pesquisas Bibliográficas. Posteriormente, sua nomenclatura foi alterada para Curso de Documentação Científica (Gomes, 1974). Em meio a isso, o curso da BN aprova e implanta um novo currículo, em fevereiro de 1962, ampliando a sua duração para três anos.

No novo currículo do curso da BN constavam, segundo Muller (1985), as seguintes disciplinas no primeiro ano: Técnica do Serviço de Referência; Bibliografia em geral;

Introdução à Catalogação e Classificação; Organização e Administração de Bibliotecas; e, História do Livro e das Bibliotecas. No segundo ano, figuravam: Organização e Técnica de Documentação; Bibliografia Especializada; Catalogação e Classificação; Literatura e Bibliografia literária; e, Introdução à cultura histórica e sociológica. E, no terceiro ano: Catalogação Especializada; Classificação Especializada; Reprodução de documentos; Paleografia; e, Introdução à Cultura Filosófica e Artística.

Ainda segundo Muller (1985, p. 6), o currículo proposto no âmbito da BN não representava "[...] um esforço isolado, mas fazia parte de um movimento maior, visando à elevação da profissão a 'nível universitário' e à regulamentação da profissão pelo Ministério do Trabalho". Tal fato reforçou reivindicações em prol do reconhecimento da formação em Biblioteconomia como curso de nível superior e dos bibliotecários como profissionais liberais (Souza, 2018). Todavia, para que o reconhecimento pudesse ser obtido, era preciso haver uma lei que regulamentasse o exercício da profissão no país.

Uma primeira proposta foi apresentada em 1958, levando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a nomear uma comissão para avaliar o tema e propor um currículo comum à área. A regulamentação tinha como objetivos, entre outros: impedir o exercício da profissão sem a devida formação; organizar os conselhos de classe; e, por fim, conferir ao ensino de Biblioteconomia base legal e maior valorização do profissional perante a sociedade (Castro, 2000; Santana; Nunes, 2017).

A demanda por padronização no ensino recebeu respaldo da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), que, em colaboração com o Conselho Federal de Educação (CFE), atuou para que fosse implementado o primeiro currículo mínimo na Biblioteconomia (Oliveira; Carvalho; Souza, 2009). A reformulação do programa do curso da BN em 1962 foi fundamental, pois serviu de referência a esse currículo mínimo, contribuindo para o processo de regulamentação da profissão.

Depois da aprovação do currículo mínimo pelo CFE, estabeleceu-se a exigência de três anos de duração para a obtenção do grau de bacharel. Em paralelo, a regulamentação da profissão de bibliotecário ocorreu em 1962 a partir da aprovação da Lei n° 4.084 de 30 de junho daquele ano. Um desdobramento importante disso é que, com a regulamentação da profissão e a criação de um currículo mínimo, mais cursos de Biblioteconomia despontaram no país a partir da década de 1960, inclusive o curso da Universidade Federal do Ceará, objeto da próxima seção.

A aprovação da Lei 4.084 resultou na "[...] necessidade de instalação de órgãos fiscalizadores, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia" (Castro, 2000, p. 185). Nesse sentido, o Conselho Federal de Biblioteconomia foi estabelecido em 1966, proporcionando condições efetivas à regulamentação da profissão. Um ano depois, em 1967, foi fundada a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação, com o objetivo de fortalecer a formação na área e promover o aperfeiçoamento docente, entre outros temas de interesse.

Todavia, os ganhos obtidos ao longo dos anos 1960 foram conquistados num momento delicado, em que o Brasil enfrentava uma aguda crise institucional e política, decorrente de um golpe civil-militar. Os egressos das primeiras turmas tiveram que enfrentar um contexto adverso, marcado por restrições às liberdades civis e aos direitos individuais impostas pelo regime de exceção que tomou conta do país à época. Contudo, conforme Souza (2015, p. 174), "o currículo mínimo oficializado em 1962 pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) pouco acrescentou em conteúdos dirigidos a uma formação humanística, científica e filosófica".

Ao término da década de 1960, já existiam dezoito cursos de Biblioteconomia em funcionamento no Brasil, sendo a grande maioria deles mantidos por universidades públicas (Russo, 1966; Souza, 1990; Oliveira; Carvalho; Souza, 2009). Nos anos 1970, contudo, depois de apreendidas algumas das mudanças advindas na década anterior, o currículo mínimo passou a ser debatido por diversas entidades, profissionais e pesquisadores. Exemplo disso é o trabalho de Lemos (1973), onde o autor aponta que o ensino do período estava marcado pelos seguintes elementos:

> a) Predominância do ensino prático (e, muitas vezes, exageradamente tecnicista) em detrimento do estudo dos aspectos teóricos e fundamentais dos problemas biblioteconômicos; b) ausência de uma abordagem integrada das atividades e serviços da Biblioteconomia/ Documentação que faça uso das técnicas de análise de sistemas e encare as diversas disciplinas como um todo orgânico e não como partes isoladas e estanques; c) fidelidade dogmática a códigos de catalogação, normas de documentação e sistemas de classificação, muitas vezes idolatrados com cegueira que não vislumbram os fins que devem servir e ignorância do processo de entropia a que estão sujeitos em face da dinâmica da informação documental, do avanço da tecnologia da informação e da psicologia dos usuários (Lemos, 1973, p. 52)

Discussões sobre o currículo de 1962 foram cruciais, pois, além da criação de vários cursos, a área começou a lidar também com novos conteúdos e, consequentemente,

exigências profissionais até então inexistentes. Afora os dezoito cursos criados ao longo dos anos 1960, outros onze foram inaugurados nos anos 1970, resultando, inclusive, num importante processo de interiorização (Russo, 1966).

Em 1970, um fato decisivo para os esforços empreendidos no tocante à formação em nível de pós-graduação foi a criação do primeiro curso de mestrado pelo IBBD, intitulado Ciência da Informação. Esse feito estimulou o surgimento de periódicos científicos na área já a partir de 1972, destacando-se o lançamento da Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte; Ciência da Informação, pelo então IBBD, no Rio de Janeiro; e a Revista de Biblioteconomia de Brasília, pela Associação de Bibliotecários do Distrito Federal e Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília (CID/UnB) (Muller, 1985).

Assim, discussões sobre como tornar a formação atinente às exigências da época mantiveram-se predominantes, e debates surgiram em relação à necessidade de reformular o currículo mínimo de 1962. Bramidos por essa reformulação já ecoavam nos cursos de Biblioteconomia, marcando presença em eventos como o CBBD e sendo debatidas também pela ABEBD. Elementos considerados importantes para um novo currículo mínimo foram apresentados em formato de artigo por Ferreira et al (1977).

As propostas foram analisadas por comissões e grupos de trabalho, sendo submetidas, em 1980, aos cursos então existentes no país para validação e encaminhamento ao Conselho Federal de Educação (CFE). Em 1981, um documento final foi elaborado e no ano seguinte, em 1982, um novo currículo mínimo foi aprovado, com a previsão de dois anos para a sua implementação (Souza, 1990). A proposta ampliou a duração dos cursos de Biblioteconomia para quatro anos e conferiu um caráter multidisciplinar à formação (Santos, 1998).

Esse currículo foi sistematizado a partir de três pontos: Matérias de fundamentação geral (Comunicação; Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo; e, História da cultura); Matérias instrumentais (Lógica; Língua Portuguesa e Literatura da língua portuguesa; Língua estrangeira moderna; e, Métodos e técnicas de pesquisa); Matérias de formação profissional (Informação aplicada à Biblioteconomia; Produção dos registros do conhecimento; Formação e desenvolvimento de coleções; Controle bibliográfico dos registros do conhecimento; Disseminação da Informação; e, Administração de bibliotecas) (Santos, 1998).

Com o tempo, foram percebidas necessidades de ajustes ao currículo mínimo de 1982, levando em consideração que, conforme Cysne (1993, p. 61), "[...] matérias de cunho social, educativo, tecnológico e administrativo ou organizacional não tiveram as discussões necessárias e suficientes para serem efetivamente implementadas [...]". Contudo, com o passar dos anos, eventuais alterações no currículo mínimo tornaram-se dispensáveis, pois, a partir dos anos 2000, estes foram substituídos por Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Indícios dessa transformação emergiram em 1995, quando a Lei nº 9.131 conferiu ao Conselho Nacional de Educação (CNE) - órgão que substituiu o CFE - um papel crucial na reformulação da educação brasileira.

Com a LDB de 1996, o Estado deixa de exercer um papel de "curador" dos conteúdos nos cursos de graduação e passa a ter como função fornecer diretrizes amplas (Carvalho; Rosa, 2020; Teixeira Júnior, 2020). Em 1997, a Câmara de Educação Superior (CES), ligada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), assumiu a responsabilidade de prover diretrizes para o ensino superior. Isso representou o fim dos currículos mínimos e a adoção das DCN, com o propósito de fornecer orientações para uma formação abrangente, integrando teoria e prática, de modo a proporcionar autonomia aos estudantes, incentivando, também, a realização de autoavaliações de maneira sistemática por parte das instituições (Teixeira Junior, 2020).

Instituídas por meio do Parecer CNE/CES nº 492/2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais entraram em vigor a partir de 06 de abril de 2001, sendo a Biblioteconomia um dos primeiros cursos contemplados por elas (Brasil, 2001). Em contraste com o conceito dos currículos mínimos, as Diretrizes Curriculares Nacionais oferecem orientações às IES para organizarem seus programas de formação com base em conteúdos necessários ao desenvolvimento de competências e habilidades, mantendo-se, no entanto, a presença de conteúdos essenciais à formação profissional. Isso concede aos cursos flexibilidade para estruturarem seus projetos pedagógicos conforme a realidade social da região onde estão inseridos (Teixeira Junior, 2020).

4 O CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Depois de abordar o ensino de Biblioteconomia no Brasil e o surgimento dos currículos mínimos, impulsionado em grande parte pelo reconhecimento da profissão de bibliotecário, esta seção é dedicada à trajetória histórica do curso de Biblioteconomia da

Universidade Federal do Ceará. Anteriormente conhecida como Universidade do Ceará (UC), a instituição foi estabelecida em 16 de dezembro de 1954, por meio da Lei n° 2.272, sendo oficialmente instalada em 25 de junho de 1955. Fato interessante a mencionar é que, de acordo com Rodolfo (2015, p. 24), "no Nordeste, a Universidade do Ceará viria a ser a terceira fundada, em 1954, no Brasil, sendo a sétima universidade criada sob a tutela do governo federal".

Em seus primeiros anos, a Universidade do Ceará incorporou faculdades isoladas mais antigas presentes em Fortaleza, tais como a Faculdade de Direito, estabelecida em 1903; a Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada em 1916; a Escola de Agronomia, fundada em 1918; a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, organizada em 1943; e a Faculdade de Medicina do Ceará, estabelecida em 1948. Nesse período inicial, um dos principais desafios foi centralizar a gestão dessas instituições, uma vez que, conforme apontado por Rodolfo (2015), algumas eram geridas pelo governo estadual e federal, enquanto outras estavam sob responsabilidade da igreja e de organismos particulares formados por associações civis.

O curso de Biblioteconomia da UFC foi estabelecido cerca de dez anos depois da criação da Universidade do Ceará, na data de 17 de fevereiro de 1964. Seu funcionamento, no entanto, foi outorgado para ocorrer no primeiro semestre de 1965, por meio da Resolução n° 174, de 22 de janeiro de 1965. Essa iniciativa foi impulsionada pelo então reitor e fundador da instituição, Prof. Antônio Martins Filho, contando com a preciosa colaboração de bibliotecárias que atuavam na Universidade.

Um fato marcante que contribuiu para a criação do curso de Biblioteconomia foi a parceria estabelecida entre as bibliotecas da instituição e o IBBD em 1957. Segundo Martins, Cavalcante e Gurgel (2004, *online*), durante missão oficial ao Rio de Janeiro, "[...] o Reitor da Universidade do Ceará manteve entendimentos com a Presidente do IBBD, Professora Lydia de Queiroz Sambaquy a fim de acertar as bases do acordo a ser firmado". A partir dessa parceria, tornou-se fundamental conceder a liberação de servidoras para participarem de cursos oferecidos pela BN, visando qualificá-las para a nova função (Cysne, 1993; Martins, Cavalcante, Gurgel, 2004).

A concepção do curso de Biblioteconomia da UFC ocorreu num período em que a formação em nível superior havia sido recentemente instituída no país. Além disso, outro fato que cabe ser mencionado em relação a esse momento diz respeito à realização do 4° CBBD em Fortaleza, em julho de 1963, que teve como tema "A Educação através da

Biblioteca". O evento foi fundamental para impulsionar a criação do curso, sensibilizando a reitoria para a urgência da necessidade de se estabelecer a formação em Biblioteconomia no estado do Ceará.

As faculdades que foram incorporadas à Universidade do Ceará já possuíam acervos ricos e diversificados. No entanto, esses acervos permaneceram, de certa forma, isolados nas bibliotecas setoriais dos cursos que compunham a instituição. Assim, percebeu-se a necessidade de se criar uma Biblioteca Central, a qual foi inaugurada em 1958 com o propósito de concentrar os serviços técnicos e reunir esse vasto acervo em um único espaço. A ideia de centralização, entretanto, não se concretizou conforme inicialmente planejado. Em 1966, além da Biblioteca Central, a instituição contava com outras 18 bibliotecas distribuídas entre suas unidades acadêmicas. O acervo que integrava essas bibliotecas totalizava, à época, 67.314 livros e 2.645 títulos de periódicos (Pereira, 1966; Silva et al., 2021).

A proposta de criação de um curso de Biblioteconomia na Universidade surgiu da necessidade de preencher lacunas de profissionais dentro da própria instituição. O perfil do corpo docente da época indica que se fez necessária a incorporação de professores de outras áreas para lecionar disciplinas no curso. Uma característica comum da docência no ensino superior daquele período era que os professores, de modo geral, não dispunham de cursos de Mestrado ou Doutorado, o que limitava a formação oferecida predominantemente à esfera profissional (Cysne, 1993)[2].

Nesse contexto, é importante ressaltar a marcante contribuição de Maria da Conceição Sousa, a primeira bibliotecária do Ceará a frequentar o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Também merece destaque a significativa colaboração de Cleide Ancilon de Alencar Pereira, Pedro Alberto de Oliveira e Silva e Otacílio Colares na consolidação do curso de Biblioteconomia da UFC. Os dois últimos, além de sua atuação no curso de Biblioteconomia, também estiveram envolvidos nos cursos de História e Letras da Universidade, pois, naquela época, o curso de Biblioteconomia precisava do auxílio de professores de outras áreas para ministrar determinadas disciplinas.

[2] A importância da criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área, visando aprimorar a qualificação de docentes, foi destacada por Russo (1966) ao examinar a evolução da Biblioteconomia brasileira no período de 1915 a 1965. A autora observa que uma característica comum nesse período era a carência de maior especialização nos quadros docentes das universidades, além da necessidade constante de se contar com a colaboração de professores de outros campos para lecionar disciplinas nos cursos de Biblioteconomia.

O material didático utilizado costumava estar limitado a alguns poucos livros da área, raros artigos de periódicos disponíveis na época e ao conhecimento empírico obtido no exercício da profissão, já que a maioria das pessoas que lecionava também desempenhava funções em bibliotecas da própria Universidade (Cysne, 1993). Naquele momento, o currículo era composto por 21 disciplinas obrigatórias, totalizando 150 créditos, com uma duração mínima de dois anos e meio e máxima de seis anos para a conclusão. A formação estava estruturada em dois ciclos: o primeiro de natureza básica e o segundo profissional, com a primeira turma formada em 1967.

Em documento datado de 1974, obtido e consultado junto ao arquivo da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará, observa-se que as disciplinas que compunham o ciclo básico eram: Língua Portuguesa I; Língua Portuguesa II; Introdução à Sociologia; Introdução à Filosofia; Introdução à Psicologia; e, Introdução à Economia. Por sua vez, o ciclo profissional era composto pelas seguintes disciplinas: História da Literatura I; Bibliografia I; Classificação I; Catalogação I; Organização e Administração de Bibliotecas I; Documentação I; História do Livro e das Bibliotecas I; Paleografia; Referência I; Introdução aos Estudos Históricos; Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; História da Arte I; Estudo de Problemas Brasileiros; Educação Física; e, Estágio Supervisionado.

O curso de Biblioteconomia da UFC foi criado sem estar vinculado a uma unidade acadêmica específica. No entanto, decorrido algum tempo, foi integrado à Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, com a designação de Biblioteconomia e Documentação, sendo oficialmente reconhecido pelo MEC em 1972 (Bentes Pinto; Cardoso, 2019). Posteriormente, em 1975, surgiu o Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia, que passou a abrigar os dois cursos mencionados em seu nome, vindo a integrar, em seguida, a unidade acadêmica Centro de Humanidades.

Entre os professores que desempenharam papéis significativos nos primeiros anos do curso da UFC, momento de desafios significativos em relação ao ensino superior no país na área de Biblioteconomia, destacam-se: Maria Conceição de Sousa, Aracy Fiúza Costa, Cleide Ancilon de Alencar Pereira, Maria Herbene Barbosa Lima Maia, Zélia, Vânia Farias de Limon, Almery Cordeiro Lima, Marlene Albuquerque, Luíza Alcântara, Lilian Pimentel Gomes, Fernandina Fernandes Lino, Maria Antonieta Figueiredo Bezerra e Pedro Alberto de Oliveira e Silva (Costa, 2011).

O primeiro currículo pleno do curso de Biblioteconomia da UFC vigorou por quase vinte anos, até 1984. Sua reformulação foi motivada pela definição de um segundo currículo mínimo para a área, estabelecido pelo CFE em 1982, que determinou um prazo de dois anos para sua implementação. Em atendimento a essas diretrizes, foi introduzido um novo currículo pleno no curso de Biblioteconomia da UFC no primeiro semestre de 1985.

Esse currículo compreendia 33 disciplinas obrigatórias distribuídas em 190 créditos, totalizando 2.850 horas, com duração mínima de quatro anos e máxima de sete para a conclusão, dispostas também em dois ciclos. A seguir, apresenta-se as disciplinas do referido currículo, com suas respectivas nomenclaturas, semestre de oferta, quantidade de créditos e carga horária:

Quadro 1 – Currículo de 1985 do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará

DISCIPLINA	SEMESTRE DE OFERTA	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Língua Portuguesa I	1°	06	90h/a
Introdução à Sociologia	1°	06	90h/a
Introdução à Filosofia	1°	06	90h/a
Introdução aos Estudos Históricos	1°	06	90h/a
Teoria da Comunicação	2°	04	60h/a
Introdução à Biblioteconomia	2°	06	90h/a
História do Livro e das Bibliotecas	2°	04	60h/a
Lógica	2°	04	60h/a
Elaboração do Trabalho Intelectual	2°	06	90h/a
Editoração	3°	04	60h/a
História da Cultura e dos Meios de Comunicação	3°	04	60h/a
Inglês Técnico I	3°	04	60h/a
Administração de Bibliotecas	3°	04	60h/a
Introdução ao Controle Bibliográfico	3°	04	60h/a

Estatística Aplicada à Biblioteconomia	4°	04	60h/a
Análise da Informação	4°	06	90h/a
Catalogação	4°	06	90h/a
Fontes de Informação I	4°	04	60h/a
Organização e Métodos em Bibliotecas	4°	04	60h/a
Classificação I	5°	04	60h/a
Introdução à Informática	5°	04	60h/a
Fontes de Informação II	5°	06	90h/a
Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia	5°	06	90h/a
Biblioteca e Sociedade Brasileira	5°	04	60h/a
Classificação II	6°	04	60h/a
Catalogação de Materiais Especiais	6°	06	90h/a
Estudo de Usuários	6°	04	60h/a
Serviço de Informação I	6°	06	90h/a
Classificação III	7°	06	90h/a
Planejamento Bibliotecário	7°	06	90h/a
Formação e Desenvolvimento de Coleções	7°	04	60h/a
Literatura em Língua Portuguesa	7°	04	60h/a
Estágio Curricular Supervisionado (não remunerado) em Bibliotecas e/ou Serviços de Informação, de acordo com programação do curso	8°	18	270h/a
Total de horas integralizadas para a conclusão do curso			**2850**

Fonte: Dados da pesquisa

O currículo de 1985 representou um avanço significativo, pois, além de incorporar novas disciplinas e aumentar a carga horária, trouxe mudanças substanciais nos conteúdos oferecidos. Várias disciplinas foram adicionadas, enquanto outras do currículo de 1965 foram removidas, em resposta às demandas do mercado de trabalho da época e às mudanças sociais e políticas do país durante a redemocratização. Notavelmente, foram

inseridas disciplinas relacionadas à cultura, meios de comunicação, tecnologias, lógica filosófica e metodologia da pesquisa científica.

Nesse período, é possível observar que a área passava por uma mudança de paradigma, com debates conceituais sobre informação e a revisão dos limites disciplinares entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. De certa maneira, essas discussões foram influenciadas pela pós-graduação *stricto sensu*, que já contava com seis cursos de Mestrado no país. Atento a essas questões, o curso de Biblioteconomia propôs novos ajustes em seu currículo, os quais foram implementados a partir do segundo semestre letivo de 1988.

Todavia, pode-se dizer que a base do currículo de 1985 foi mantida. Disciplinas relacionadas às tecnologias de informação e matérias de cunho social e educativo foram criadas. O currículo de 1988 contava com um total de 36 disciplinas obrigatórias, que, quando integralizadas, somavam 3.040 horas. Este currículo foi mantido ao longo da década de 1990 e nos primeiros anos de 2000 - mais precisamente, até 2004 -, sofrendo atualizações em consonância à LDB de 1996.

A partir dos anos 2000, os debates sobre o papel das tecnologias de informação na sociedade tornaram-se constantes, gerando reflexões sobre suas implicações na profissão de bibliotecário. Em resposta às questões que se apresentavam, iniciou-se a criação do Departamento de Ciências da Informação (DCINF) para atender à demanda de vários professores do curso de Biblioteconomia, desmembrando-se o antigo Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia. Em 2005, foi implementado um quarto currículo, abrangendo um maior número de disciplinas, principalmente nas áreas de gestão e tecnologias de informação, além da inclusão das atividades extracurriculares complementares como requisito à formação, conforme previsto pela LDB. Inicialmente, o currículo de 2005 ficou distribuído da seguinte forma:

Quadro 2 – Currículo de 2005 do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará

DISCIPLINA	SEMESTRE DE OFERTA	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Introdução à Sociologia	1°	04	64h/a
Introdução à Biblioteconomia	1°	02	32h/a
Introdução à Pesquisa Documentária	1°	02	32h/a

História dos Registros do Conhecimento	1°	04	64h/a
Tecnologias da Informação I	1°	04	64h/a
Informática Aplicada à Biblioteconomia e Ciência da Informação	1°	04	64h/a
Introdução à Filosofia	1°	04	64h/a
Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação	2°	04	64h/a
Teoria e Prática da Leitura	2°	04	64h/a
Editoração	2°	04	64h/a
Tecnologias da Informação II	2°	04	64h/a
Teorias da Informação e da Comunicação	2°	04	64h/a
Fundamentos de Estatística	3°	04	64h/a
Controle dos Registros do Conhecimento	3°	03	48h/a
Cultura e Mídia	3°	04	64h/a
Fontes Gerais de Informação	3°	04	64h/a
Metodologia do Trabalho Científico	3°	04	64h/a
Representação Descritiva da Informação I	4°	04	64h/a
Fontes Especializadas de Informação	4°	06	96h/a
Representação Temática da Informação: Indexação	4°	06	96h/a
Gestão de Unidades de Informação	4°	04	64h/a
Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação	5º	04	64h/a
Linguagens Documentárias Alfanuméricas CDD	5º	03	48h/a
Informação e Sociedade	5º	04	64h/a
Representação Descritiva II	5º	04	64h/a
Estágio Supervisionado I	5º	06	96h/a
Organização, Sistemas e Métodos em Unidades de Informação	5º	04	64h/a

Informática Documentária	6°	04	64h/a
Estudo de Comunidades e de Usuários	6°	04	64h/a
Linguagens Documentárias Alfanuméricas CDU	6°	03	48h/a
Geração e Uso de Bases de Dados para Unidades de Informação	6°	04	64h/a
Recuperação da Informação	6°	04	64h/a
Estágio Supervisionado II	6°	06	96h/a
Monografia I	6°	02	32h/a
Formação e Desenvolvimento de Acervos	7°	04	64h/a
Gestão de Recursos Humanos em Unidades de Informação	7°	04	64h/a
Planejamento de Unidades de Informação	7°	06	96h/a
Serviços de Informação	7°	04	64h/a
Linguagens Documentárias Alfabéticas	7°	04	64h/a
Estágio Supervisionado III	7°	06	96h/a
Monografia II	7°	02	32h/a
Atividades Complementares	8°	12	200h/a
Seminário de Atuação Profissional	8°	02	32h/a
Monografia III	8°	02	32h/a
Total de horas integralizadas para a conclusão do curso			**3200**

Fonte: Dados da pesquisa

Boa parte das alterações objetivou conferir à formação atualização e adequação ao mercado de trabalho. A primeira versão deste currículo contava com 44 disciplinas obrigatórias distribuídas em oito semestres, totalizando, se considerada a carga de 312 horas para as disciplinas optativas e à alocação de 200 horas para atividades complementares extracurriculares, 3.200 horas, com duração mínima de quatro anos e máxima de seis para a sua conclusão.

No ano de 2021, o currículo do curso passou por mais uma atualização, desta vez em decorrência da creditação curricular, também conhecida como

curricularização da extensão, conforme exigido pelo Conselho Nacional de Educação no âmbito da Comissão de Ensino Superior. Incorporar a extensão a componentes curriculares diz respeito à inclusão de atividades de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, conforme estipulado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Assim, o projeto pedagógico do curso foi ajustado para conferir 10% de sua carga horária total à extensão[3].

No quadro a seguir, é possível visualizar as disciplinas que possuem carga horária dedicada à extensão no atual currículo:

Quadro 3 – Distribuição da creditação curricular no currículo vigente

UNIDADE CURRICULAR	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	EXTENSÃO
Fundamentação Teórica da Biblioteconomia e da Ciência da Informação	Cultura e Mídia	1	16h
	Teoria e Prática da Leitura	1	16h
	Informação e Sociedade	1	16h
	Práticas Socioculturais em Biblioteconomia	2	30h
Pesquisa	Estudo de Comunidades e de Usuários da Informação	1	16h
	Metodologia do Trabalho Científico	0,5	8h
	Metodologia da Pesquisa	0,6	10h
Gestão de Unidades de Informação	Gestão de Unidades de Informação	1	16h
Organização e Representação do Conhecimento	Representação Descritiva da Informação II	1	16h
	Representação Temática da Informação: Indexação	0,5	8h
	Recuperação da Informação I	1	16h

[3] A Resolução Nº 007/2018 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, estipula o mínimo de 10% e o máximo de 15% da carga horária total do curso dedicada à extensão no âmbito das disciplinas.

Unidade Especial de Extensão	Horas obtidas através da participação em projetos de extensão não vinculados às disciplinas	6,5	104h
Total		**20**	**320h/a**

Fonte: Dados da pesquisa

Para viabilizar a implementação da creditação curricular, foi necessário obter uniformidade na distribuição da carga horária de vários componentes, eliminando-se disciplinas com 32 e 48 créditos. A versão mais recente do Projeto Pedagógico reflete revisões nas denominações de três disciplinas: Seminários de Atuação Profissional, que passou a se chamar Atuação e Ética Profissional; Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação, alterada para Metodologia da Pesquisa; e, Informática Documentária, modificada para Planejamento de Infraestrutura Tecnológica para Unidades de Informação. Além disso, a disciplina Introdução à Biblioteconomia foi extinta, enquanto Práticas Socioculturais em Biblioteconomia e Cognição, Informação e Tecnologia foram inseridas.

Atualmente, o currículo possui uma carga total de 3.200 horas, mantendo-se inalterados os limites mínimo e máximo para sua integralização. Foi estabelecido que tanto Monografia quanto artigo serão aceitos como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Além disso, uma outra inovação foi a introdução de uma carga horária mínima opcional de 312 horas, uma carga horária obrigatória de atividade acadêmica específica de 584 horas, e uma carga horária máxima de 314 horas para os componentes curriculares optativos livres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de abordar a história do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, a pesquisa evidenciou transformações ocorridas na área em âmbito nacional, buscando, ao mesmo tempo, contextualizá-las em relação ao curso supracitado. Dessa maneira, foi possível observar como diversas mudanças ocorridas na área impactaram diretamente o curso de Biblioteconomia da UFC, tais como a realização do 4° CBBD, em Fortaleza, o reconhecimento da profissão e sua elevação ao status de nível superior em 1962, seguindo pelo estabelecimento dos currículos mínimos de 1962 e

1985, até a oficialização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a recente implementação da creditação curricular.

Adicionalmente, foram ressaltadas dificuldades enfrentadas durante a criação do curso, merecendo destaque a inestimável contribuição das bibliotecárias da instituição. Elas compartilharam seu tempo, dividindo-se entre as responsabilidades nas bibliotecas da Universidade e o papel de docentes no curso de Biblioteconomia. O corpo docente da época enfrentou esse desafio com maestria, considerando as limitações relacionadas à infraestrutura física, aos recursos financeiros, ao material didático disponível e à necessidade de apoio de professores de outras áreas.

Os resultados do trabalho iniciado há sessenta anos continuam sendo colhidos. Um ponto relevante a ser destacado é que, na última avaliação realizada pelo MEC em 2023, o curso recebeu por parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) conceituação máxima, obtendo nota cinco e sendo reconhecido como um curso de excelência no país.

Desse modo, finaliza-se este artigo ressaltando a importância do sexagésimo aniversário do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará e expressando votos de que os próximos anos sejam marcados pela inovação constante nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Espera-se que as ações desenvolvidas pelo curso não apenas continuem a contribuir para a excelência na formação oferecida, mas também atendam de forma crescente às demandas da sociedade cearense, auxiliando na superação dos inúmeros desafios cotidianos enfrentados pela profissão no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911**. Aprova o regulamento da Biblioteca nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1911. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931**: Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. Diário Oficial da União, 20 nov. 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20673-17-novembro-1931-517368-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 jul. 2024.

BENTES PINTO, V.; CARDOSO, C. C. de C. G..Produção científica do Departamento de Ciências da Informação: contribuição para o cinquentenário do Centro de Humanidades da UFC. In: **Coletânea Centro de Humanidades**: 50 anos. GONÇALVES, D. N.. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019. p. 15-29.

CASTRO, C. A.. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CESARINO, M. A. da N. et al. O ensino de Biblioteconomia: um currículo a ser mudado. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 43-59, 1973.

COSTA, M. de F. O.. 45 anos do curso de Biblioteconomia: um olhar. In: COSTA, M. de F. O. (Org.). **CH/UFC 40 anos**: uma memória dos cursos de graduação, das casas de cultura e do movimento estudantil. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2011. p. 39-70.

CUNHA, L. A.. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DIAS, A. C.. **O ensino de biblioteconomia no Brasil**. Rio de Janeiro, IPASE, 1955.

FERREIRA, M. L. A. G. et al. Currículo mínimo de biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n. 1, p. 92-9, mar. 1977.

GOMES, H. E.. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 13-26, 1974.

HORCH, R. E.. Documentação histórica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 1/2, p. 81-86, jan./jun. 1981.

JUVÊNCIO, C. H.. **Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da Documentação no Brasil**. 2016. 2 v., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LEMOS, A. A. B. de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 1, n. 1, p. 51–58, 1973.

LEY, C. da G. G.; JUVENCIO, C. H.. O legado do curso de Biblioteconomia para a Biblioteca Nacional. **Conhecimento em ação**, v. 5, n. 1, jan/jun, 2020.

MARTINS, A. L.; CAVALCANTE, L. E.; GURGEL, N. M. C.. Revisitando os caminhos trilhados pela Biblioteca Universitária da UFC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13, 2004, Natal. **Anais** [...] Natal: UFRN, 2004.

MUELLER, S. P. M.. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 3-15, 1985.

OLIVEIRA, M., CARVALHO, G. F., SOUZA, G. T.. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 19, n. 3, 2009.

PEREIRA, C. A. de A.. As bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. [**Boletim da Universidade Federal do Ceará**], Fortaleza, p. 92-96, mar./abr. 1966.

RODOLFO, R. M.. **A Universidade (Federal) do Ceará entre o Benfica e a Gentilândia**: espaços, lugares e memórias (1956-1967). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ROTHER, E. T.. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, abr. 2007.

RUSSO, L. G. M.. **A Biblioteconomia brasileira**: 1915-1965. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1966.

SÁ, I. C. de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013.

SANT'ANNA, A. R. de. Relatório geral 1988. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 108, p. 275-316,1988.

SANTANA, J. A.; NUNES, J. V. Ética profissional, deontologia e sindicalismo na biblioteconomia brasileira. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 56–77, 2017.

SANTOS, J. P.. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 3, n. 6, p. 35-47, 1998.

SILVA, F. F. da et al. Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Ceará. In: SIQUEIRA, G. K. et al (Orgs.). **I Seminário Museus e Coleções da UFC**: reflexões contemporâneas. Fortaleza: Mauc, 2021, p. 165-177.

SILVA, L. G.; OLIVEIRA, L. M. B. de.. Presença da disciplina História do Livro nos currículos dos cursos de Biblioteconomia do Brasil nos anos de 1978 e 2018. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 49-70, 2019.

SILVA, M. C. P. da. A Bibliotheca Nacional em 1913. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 36, p. 664-689, 1914.

SOUZA, Á. N. G. de.. Desenvolvimento e disseminação do ensino de Biblioteconomia no Brasil e em São Paulo: uma análise espaço-temporal. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, p. 195–219, 2018.

SOUZA, F. das C. 50 anos de evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil [1965-2015]. In: ADELAIDE R.; Côrte et al (Orgs). **Bibliotecário**: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

SOUZA, F. das C. de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis: 1990.

TEIXEIRA JUNIOR, P. R.. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino superior: a lógica das competências em foco. ***Crítica Educativa***, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2020.

TRAUTMAN, R.. **A history of the School of Library Service**: Columbia University. New York: Columbia University Press, 1954.

WEITZEL, S. da R.. O desenvolvimento de coleções no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949). **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 130, p. 111-220, 2010.

Recebido em: 06 de agosto de 2024
Aprovado em: 20 de junho de 2025
Publicado em: 09 de julho de 2025